MUDANÇA ESPACIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: a construção da barragem de Acauã em Aroeira-PB

Francisca Neli de Souza
Graduanda do curso de Geografia do Centro de Humanidades/Curso de Geografia – UFCG.

Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Professor Adjunto do Centro de Humanidades/Curso de Geografia – UFCG.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar os impactos socioambientais e as vulnerabilidades sociais causados pela construção da barragem de Acauã, que se encontra localizada entre as cidades de Aroeiras-PB, Natuba-PB e Itatuba-PB. Como recursos metodológicos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental, fontes cartográficas e o registro da memória oral de alguns reassentados do distrito de Pedro Velho. A abordagem teórico-conceitual fundamentou-se na dialética, com a qual se procurou observar as contradições das relações capitalistas imersas no processo de construção da referida barragem, em especial, das demandas da comunidade de Pedro Velho. A principal constatação a que se pode chegar com a pesquisa é que as comunidades atingidas, particularmente a de Pedro Velho, sofreram grandes prejuízos financeiros e morais, visto que todos perderam suas histórias de vida, casas, propriedades rurais e até seu meio de sobrevivência, ficando vulneráveis à violência em virtude da situação conflitante na região e ao descaso público com a infraestrutura na nova vila para onde foram relocados. Como ponto positivo pode-se apontar a regularização da oferta de água na região, apesar do uso conflitante, porque atende, principalmente, aos interesses das classes sociais dominantes na região.

Palavras-chave: Impactos ambientais. Vulnerabilidade. Comunidades. Barragem de Acauã.

ABSTRACT

This research aims to analyze the socio-environmental impacts and the social vulnerabilities caused by the construction of the Acauã barrage, that is located between the cities of Aroeiras-PB, Natuba-PB and Itatuba-PB. As methodological resources, it was used the bibliographical and documentary researches, cartographic sources and the register of the oral memory of some resettled people of the Pedro Velho district. The theoretical-conceptual approach was based on the dialectic, with what was sought to observe the contradictions of the capitalist relations inside the process of construction of the referred barrage, specially the demands of the Pedro Velho community. The principal observation that can be made with the research is that the affected communities, specially Pedro Velho, suffered serious financial and moral damages, since everybody lost their life histories, homes, rural proprieties and even their means of survival, becoming vulnerable to violence, due to the conflicting situation of the region, and to the social negligence with the infrastructure at the new village where they have been resettled. As a positive factor, it's possible to point the regularization of the water distribution in the region, despite its conflicting use, because it attends specially to the interests of the dominating social classes in the area.

Keywords: Environmental Impacts. Vulnerability. Communities. Acauã Barrage.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a construção de reservatórios de água é compreendida como uma alternativa dos governantes para suprir a necessidade da população, especialmente, no caso da região Nordeste, influenciada pela condição de semiaridez. É de domínio público, o fato de que a opção pela construção de grandes reservatórios traz problemas de ordem ambiental (ao interferir no equilíbrio dinâmico) e social, especialmente pelo fato de atingir diretamente a população ribeirinha e pelo fato de a seca se constituir em um fator de interesse politiqueiro.

A construção da barragem Argemiro de Figueiredo – barragem de Acauã- localizada entre os municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, todas no Estado da Paraíba, foi realizada com o objetivo de fortalecer o abastecimento de água nos municípios da região. Sua construção atingiu 06 (seis) comunidades rurais localizadas nos referidos municípios, causando transtornos e prejuízos para os moradores das comunidades.

A comunidade em estudo -Vila nova de Pedro Velho- está localizada no município de Aroeiras-PB, e foi uma das mais atingidas, pois, o local onde se localizava a antiga vila ficou completamente submerso pelo lago da barragem e seus moradores foram relocados para outra vila, construída especificamente para abrigá-los.

Para realização da pesquisa, foi utilizado, principalmente, o método dialético, no qual se procurou observar as contradições das relações capitalistas imersas no processo de construção da referida barragem, em especial, das demandas da comunidade de Pedro Velho. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, documental, fontes cartográficas e o registro da memória oral de alguns reassentados do distrito de Pedro Velho, os quais foram entrevistados através de um questionário, com perguntas abertas, das quais as respostas foram gravadas e transcritas.

Dessa forma, no primeiro capítulo será apresentada a abordagem teórico conceitual, através da discussão do tema e dos conceitos, bem como a análise da resolução do CONAMA, que trata dos impactos ambientais causados pela implementação de grandes obras. No segundo capítulo serão abordados os aspectos geográficos e os dados gerais da cidade de Aroeiras-PB (onde se localiza a área objeto de estudo e os sujeitos sociais pesquisados), seu processo de formação territorial e a caraterização geográfica da Vila Nova de Pedro Velho.

No terceiro capítulo será apresentada uma análise do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) da barragem Acauã, bem como a ação dos movimentos sociais e da sociedade civil no processo de assistência às comunidades atingidas. Já no quarto e último capítulo, será apresentada a Geografia Histórica da comunidade de Pedro Velho e da barragem de Acauã, levando em consideração a visão dos depoentes. Nas considerações finais delineamos os principais resultados alcançados com a pesquisa.

1 IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL

O processo de degradação ambiental causado pelo homem vem se intensificando cada vez mais com os processos de crescimento econômico que demandam obras de infraestrutura e de logística. Ressalta-se, contudo, que não é de hoje que o homem vem degradando o meio ambiente no processo de retirada dos estoques de recursos naturais num montante muito maior do que a sua capacidade de recuperação. Assim, os impactos causados sobre o meio ambiente, através da ação humana, são visíveis no processo de produção e organização do espaço. Essas alterações, incluindo os casos em que o impacto provoca alterações favoráveis na natureza causada pela ação antrópica, são chamadas de impactos ambientais. De acordo com Tommasi (1994, p.19) impacto ambiental pode ser definido como:

> [...] uma alteração física ou funcional em qualquer dos componentes ambientais. Essas alterações pode ser qualificada e, muitas vezes, quantificada. Pode ser favorável ou desfavorável ao ecossistema ou a sociedade humana." (TOMMASI, 1994, p..19).

Já Coelho (2001, p.24) trata o impacto ambiental relacionando-o às mudanças sociais e ecológicas, ou seja, às transformações da relação sociedade-natureza com o passar do tempo:

> Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente.

Dessa forma, consideram-se também, como impactos, as consequências sociais sofridas pelo homem na reprodução do espaço como local de vivência. Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que os impactos ambientais são causados pela ação do homem ao interferir no equilíbrio dinâmico da natureza, causando perturbações e desestruturando o ambiente através da implantação de empreendimentos, seja em grande escala, como a construção de uma usina hidrelétrica para geração de energia, seja em uma escala menor, como a construção de um reservatório de água para abastecer pequenas cidades.

Analisando o Programa Educar da USP (2013, s/p) percebe-se que o objetivo de se estudar esses impactos é, sobretudo, para avaliar os danos e as consequências que o ambiente irá sofrer com determinadas ações ou com a implementação de grandes empreendimentos que possam causar esses danos, e para, com isso, garantir a qualidade do ambiente e também fazer com que se compreenda a "proteção e preservação do ambiente e o crescimento e desenvolvimento econômico".

No entanto, essa ação do homem sobre a natureza pode também causar impactos sobre o próprio homem de modo a prejudicar suas relações sociais e espaciais. Como no caso da construção da barragem de Acauã, a qual o empreendimento considerado de grande porte, resultante do barramento do rio Paraíba, no trecho médio desse rio, trouxe grandes transtornos, tanto para o ambiente, na perspectiva fisiográfica, afetando a fauna e a flora, quanto para o próprio homem,

uma vez que as próprias comunidades ribeirinhas foram atingidas diretamente, e obrigadas a serem relocadas para outro espaço. Esse fato contribui para um desequilíbrio e as comunidades acabaram ficando vulneráveis a sofrer as consequências dessa relocação.

De acordo com Carvalho *et al* (2012, p. 10), a vulnerabilidade pode ser considerada como "Uma condição humana ou processo resultante de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais que determinam os meios de vida e a escala de dano provocada por determinado evento".

Dessa forma, podemos considerar que a vulnerabilidade, a qual os moradores da comunidade de Pedro Velho foram expostos, foi resultado de fatores sociais que foram determinantes para o atual estado de dificuldades em que a comunidade atingida ficou, tendo em vista que foi através da ação humana (construção do reservatório) que ocorreu a retirada da comunidade de seu espaço de vivência.

Segundo Carvalho, a vulnerabilidade "aparece ao lado da capacidade de resposta que a sociedade desenvolve preventivamente, no momento da emergência e após o evento". (Carvalho, 2011, p.17) Dentro dessa perspectiva, o fato de os moradores atingidos pela construção da barragem de Acauã terem sido relocalizados em um espaço em que ficaram vulneráveis à situações conflitantes, como é o caso da violência, e do descaso público, tem como agravante o fato de a comunidade não ter tido ciência, nem tão pouco noção da real situação que lhe esperava na nova vila, fazendo com que só desenvolvesse uma resposta ao evento, ao qual foi exposta, após o ocorrido.

De acordo com Carvalho (2011 p.16), a vulnerabilidade está associada ao fator de risco ou perigo, este último se refere a "um evento físico, fenômeno natural e/ou induzido, que possa provocar danos ou prejuízos". No entanto, Vernes et al (1984) e Souza (2004) citados por Carvalho, (2011) definem o risco como "o grau de prejuízo ou dano causado a pessoas e bens devido a ocorrência de um perigo".

Neste caso, o evento seria a relocação da comunidade, (no caso em apreço, a comunidade de Pedro Velho) que poderia ser considerado como o perigo. No entanto os prejuízos morais e financeiros causados por essa relocação foram, de fato, os riscos pelos quais essa comunidade passou e vem passando já que a maioria dos problemas persiste.

Dentro dessa perspectiva, Carvalho (2011) lembra que a análise de um evento deve ser realizada a partir da probabilidade de ocorrência para que as medidas possam ser tomadas preventivamente e a população que, provavelmente, venha ser atingida por esse evento possa desenvolver uma capacidade de resposta mais rápido e diminuir os prováveis danos ou prejuízos que possa sofrer.

1.1 ANÁLISE DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986

Analisando a perspectiva normativa da questão ambiental, é importante destacar que o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) traz uma resolução específica para tratar dos impactos ambientais causados pela construção de grandes empreendimentos. Nesse sentido,

abaixo serão discutidos os artigos e resoluções que apontam a importância de estudar e avaliar os impactos ambientais causados por esses empreendimentos citando o caso da construção da barragem de Acauã.

De acordo com a resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, publicado no D. O. U de 17 /2/86. No seu artigo 1° é considerado como impacto ambiental:

> Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Dessa forma, é notório que na construção da barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã), tenha sido constatada a existência de impactos ambientais, tendo em vista que, como já foi citado anteriormente, a referida construção afetou diretamente o meio ambiente como um todo, (estrutura fisiográfica do lugar, fauna e flora e o homem). Este último foi diretamente atingido, visto que atingiu comunidades ribeirinhas de maneira agressiva, afetando a saúde, segurança, e as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades, já que, antes da construção, os moradores desenvolviam a agricultura de subsistência, utilizando as águas e as terras férteis, às margens do leito do rio. Esses foram alguns entre outros fatores que possibilitaram um decréscimo na qualidade de vida das comunidades que já era baixa, tornando-a mais difícil ainda para os moradores.

No entanto, de acordo com o artigo 2°, da referida resolução, a liberação de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, como a construção de barragens para fins de saneamento ou irrigação, dependerá da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental-EIA e, posteriormente, um Relatório de Impacto Ambiental-RIMA. Estes documentos devem ser submetidos à aprovação dos órgãos competentes e do IBAMA, em caráter supletivo. De acordo com o artigo 3° isso também deve ocorrer com o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.

Entretanto, sabemos que é muito difícil descrever os impactos causados sobre o meio ambiente devido à implementação de um empreendimento de grande porte através de estudo preliminares, visto que o ambiente pode reagir de maneira diferente ao que foi suposto. Dessa forma, a sociedade, na relação que estabelece com a natureza, estará sujeita a responder, de maneira diferente, ou até mesmo oposta ao esperado nos estudos, como de fato ocorreu com as comunidades atingidas pela construção da barragem de Acauã. Sendo assim, só será possível avaliar os reais impactos sofridos pelo ambiente ou pela sociedade após a construção do empreendimento.

De acordo com o artigo 4° os órgãos competentes deverão trabalhar em conjunto para deixar compatível o processo de licenciamento com as etapas, tanto de planejamento quanto de implementação das obras do projeto:

> Artigo 4º - Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza o porte e as peculiaridades de cada atividade.

Dessa forma, cada projeto ou cada etapa sua, deve ser respeitada a partir do porte (grande ou pequena), bem como das especificidades ou peculiaridades de cada. O artigo 5° vem tratar das diretrizes gerais que cabem ao estudo de impacto ambiental que são:

> I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; lV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.
>
> Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

Dessa forma, além de "atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei [que orienta a] Política Nacional do Meio Ambiente", cabe ao estudo de impacto ambiental, traçar todas as considerações a respeito da execução de projetos ou obras que possam causar danos ao ambiente, desde a localização do projeto até o levantamento de hipóteses da sua não execução. E, dessa forma, podemos considerá-lo de fundamental importância para mitigar os impactos causados ao ambiente.

O artigo 6° trata das atividades técnicas que deverão ser desenvolvidas pelo estudo de impacto ambiental tais como:

> I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa, descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto.

Essas atividades técnicas e outras que cabem ao estudo de impacto ambiental devem ser desenvolvidas, levando em consideração: a) o meio físico; b) o meio biológico e os ecossistemas naturais; c) o meio sócio-econômico. Além disso, deve ser realizada a análise de impacto ambiental do projeto e de suas alternativas, considerando desde a identificação, até previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, apresentando os

impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazo, temporários e permanentes entre outros. Além disso, devem ser definidas as medidas mitigadoras dos impactos negativos e também a elaboração de um programa de monitoramento que deve contemplar os impactos positivos e negativos.

No entanto, sabemos que "em tese" tudo é muito simples, mas quando se trata de interesses que, de alguma forma, divergem do social, sobretudo das camadas mais carentes da sociedade, os mais pobres, isolados e necessitados de informação, o lado que prevalece é aquele que tem mais poder e influência e este é bem o caso da comunidade de Pedro Velho.

De acordo com o artigo 7°, o estudo de impacto ambiental deverá ser realizado por uma equipe multidisciplinar habilitada, que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados. Dentro dessa perspectiva, torna-se de fundamental importância, também, recorrer à interdisciplinaridade, sobretudo nestes casos, tendo em vista que o local a ser atingido deve ser estudado em suas particularidades e peculiaridades.

Assim, como dispõe o artigo 8°, as despesas e custos referentes à elaboração do estudo de impacto ambiental deverão ser por conta do responsável pelo projeto, inclusive a elaboração do RIMA com a disponibilidade de, no mínimo, 05 (cinco) copias. Já o artigo 9° vem tratar do Relatório de Impacto Ambiental que deve ser elaborado com base nas conclusões do estudo de impacto ambiental. No RIMA deverá conter, desde os objetivos e justificativas do projeto, até a descrição de suas alternativas tecnológicas e locacionais, bem como os prováveis impactos ambientais, e os efeitos esperados, uma síntese dos resultados dos estudos da área de influencia do projeto, além do programa de monitoramento dos impactos. O referido relatório deve ser apresentado com uma linguagem acessível de maneira sucinta, ilustrada com mapas, gráficos, quadros e etc.

O artigo 10° relata que o órgão estadual responsável, o IBAMA ou o município, quando couber, terá um prazo para se manifestar de maneira conclusiva sobre o RIMA, e este, de acordo com o artigo 11° deve ser acessível ao público com cópias disponíveis aos interessados.

No entanto, apesar de constar em tal artigo que o referido documento ficará a disposição dos interessados, infelizmente, apesar de nos interessar bastante o acesso ao documento como parte fundamental para a elaboração desta pesquisa, isso não foi possível, pois, até mesmo os representantes locais do MAB (Movimento do Atingidos por Barragens) tiveram dificuldade para ter acesso ao documento, tendo que requerer na justiça esse direito.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS: Dados gerais do município de Aroeiras-PB

O município de Aroeiras-PB está localizado na mesorregião do Agreste paraibano, e microrregião do Umbuzeiro. Possui uma área de 374,697 km². De acordo com o censo 2010 a população da cidade é de 19.082 habitantes, sendo 9.531 residentes na zona urbana e 9.551 na zona rural (gráfico 1), apresentando uma densidade demográfica de 50,93 (hab./Km²). Com

relação à repartição por sexo, verifica-se uma ligeira predominância da população feminina no município, sobretudo na zona rural.

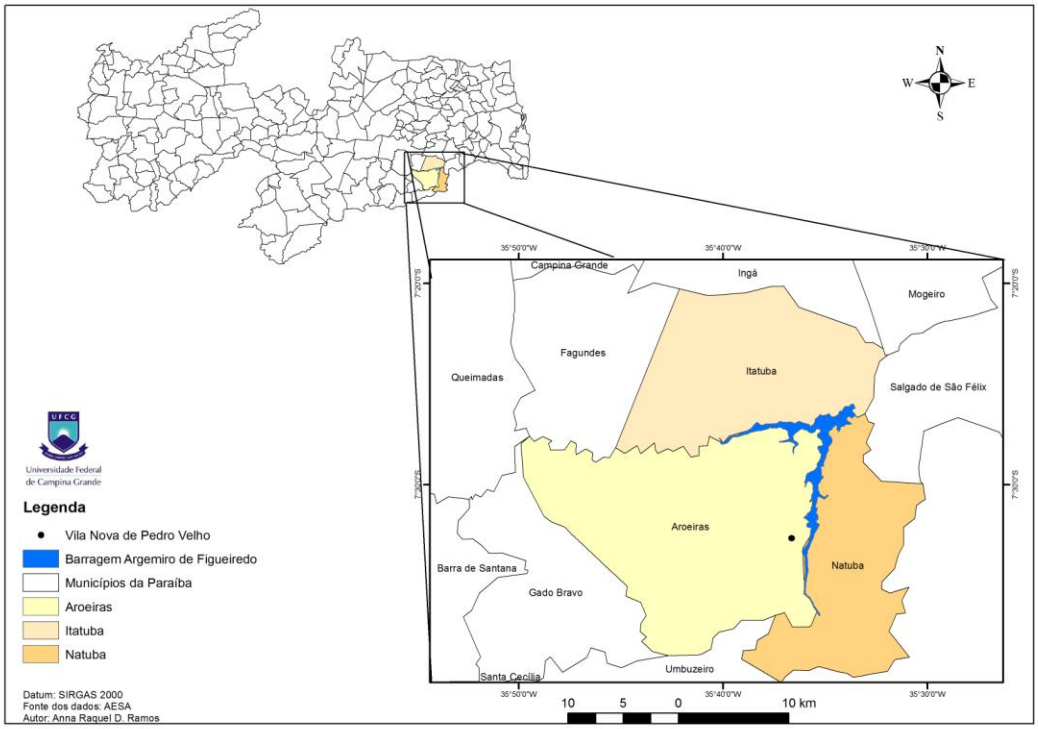
Tabela - 1 Repartição por sexo, em valores absolutos, da população de Aroeiras-PB

Repartição P/sexo	Zona Rural	Zona Urbana	Total geral da população
Masculino	4.729	4.493	
Feminino	4.822	5.038	19.082
Total	9.222	9.860	

Fonte: censo demográfico 2010.

Integrando a região metropolitana de Campina Grande, o município de Aroeiras fica a 177,8 km da capital, João Pessoa, limitando-se com os municípios de Fagundes, Itatuba (norte), Natuba (leste) Umbuzeiro (sul) Gado bravo (oeste). O acesso a cidade de Aroeiras, em geral, é feito a partir de João Pessoa-PB, pelas rodovias BR 230/ BR 104/ PB102/ e PB 090. (Mapa)

Mapa - Localização da barragem de Acauã, do município de Aroeiras e do distrito de Pedro velho no Estado da Paraíba.



Fonte: Ana Raquel d' Ramos. Programa Gv Sig, julho de 2013.

O município de Aroeiras está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Paraíba, Região do Médio Paraíba. O Topônimo atribuído ao município se deve à abundância dessa árvore (Aroeira) na região. O clima é predominantemente quente e seco, com período chuvoso iniciando em março, se estendendo até setembro. A média de precipitação de um ano normal é de 808 mm já, no ano de seca cai para 433 mm. O relevo é bastante movimentado, moderadamente

dissecado, apresentando altitudes entre 300 e 700 metros, com solos pobres e rasos, exceto nas áreas de fundo, de vales estreitos e profundos.

Com relação aos solos, são observados solos do tipo litólicos, rasos e pedregosos com fertilidade natural média, nos topos de relevos arredondados e vertentes íngremes; nas baixas vertentes os solos são Bruno não Cálcico, apresentam textura argilosa, e fertilidade natural alta e nos topos planos ocorrem os Latossolos, profundos, bem drenados, ácidos e de fertilidade natural baixa. Dessa forma, podemos observar que a fertilidade do solo dependerá muito da sua localização e do relevo que se apresenta na região, (CITYBRAZIL, 2013).

2.1 PROCESSOS HISTÓRICOS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE AROEIRAS-PB

O município de Aroeiras-PB surgiu a partir de uma casa de farinha de propriedade do Sr. Antônio Gonçalves, local onde os agricultores da região levavam seus carregamentos de mandioca para transformar em farinha. Devido a grande influência dos fabricantes e comerciantes daquele produto o Sr. João de Souza, em 1881, construiu uma rústica latada, um tipo de abrigo coberto com palha de coco-catolé, que servia para abrigar os frequentadores da Feira de Catolé dos Sousas, como ficou conhecida. Nesse local, foi construída também, a primeira casa da cidade, às margens do riacho Aricuru. (figura 1) na área aonde futuramente veio a ser construída a cidade.

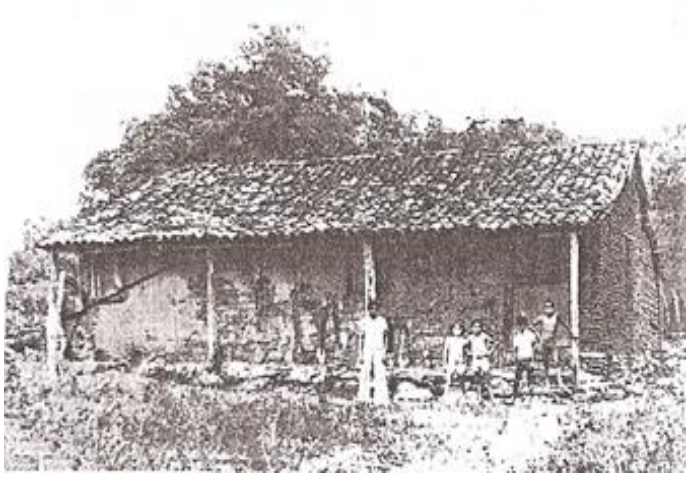


Figura1- Primeira casa do município: construída no ano de 1825.
Fonte: ANDRADE, Pedro Paulo de. Aroeiras e sua origem, 1984.

A feira era formada pelos moradores e comerciantes de toda região. Com o seu crescimento foram surgindo outras residências que, com o passar do tempo, foram se transformando em um núcleo populacional que, mais tarde, foi elevado a categoria de vila pertencente ao município de Umbuzeiro. Em 1911 passou a categoria de distrito ainda pertencente ao município de Umbuzeiro, anos depois em 02 de dezembro de 1953, finalmente foi desmembrado do município

de Umbuzeiro e elevado à categoria de município, ressaltando que, na época, não tinha uma estrutura urbana organizada (figura 2). Em 1965, é criado o distrito de Gado Bravo-PB e anexado ao município de Aroeiras-PB, anos depois aquele município, em 1994, foi desmembrado do município de Aroeiras-PB e assim, o distrito de Gado Bravo foi elevado à categoria de município.

Figura 2- Centro urbano de Aroeiras-PB.
Fonte: Acervo particular; AROEIRAS, Dudé das.

Atualmente, a cidade de Aroeiras se constitui como um núcleo urbano organizado, possuindo áreas de lazer, de convívio social, uma feira livre bem organizada distribuída no seu centro urbano (figura 3) e frequentada por feirantes de toda região, que comercializam produtos para abastecer a cidade, além de objetos artesanais produzidos por moradores da própria cidade. A referida feira é organizada em dois espaços: o primeiro no centro da cidade, onde se localiza os comerciantes de roupas, utensílios artesanatos, além das lojas, o segundo espaço é um galpão onde são comercializados hortifrutigranjeiros e cereais.

Figura 3- Centro urbano de Aroeiras-PB 2009- feira livre.
Foto: Sousa, Francisca Neli de. 2009.

2.2 A VILA PEDRO VELHO - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A antiga vila de Pedro Velho (figura 4) encontrava-se localizada às margens do leito rio Paraíba, no trecho do médio Paraíba. Seus moradores desfrutavam das terras férteis para a agricultura, a criação de gado e o plantio de hortaliças, que serviam para abastecer a vila e para comercializar nas cidades próximas. A referida vila era tida como um pequeno núcleo urbano, apesar de afastado do centro urbano da cidade de Aroeiras-PB, a qual pertence seu território. Mesmo que precários a vila tinha seus serviços básicos de assistência a saúde como posto de saúde, praça para lazer e convívio social, igreja, escola e a rua principal pavimentada. Dessa forma, toda essa cotidianidade ficou submersa pelas águas do lago da barragem de acauã, sendo seus moradores relocados para a Vila Nova de Pedro Velho.

Figura 4 - Antiga vila de Pedro velho.
Fonte: acervo do MAB.

Atualmente, a Vila Nova de Pedro Velho pertence ao município de Aroeiras-PB e está localizada a aproximadamente 12 km do centro urbano do referido município, tendo como coordenadas geográficas (UTM), latitude de 9168542 km N e longitude de 0211908 km E. Sua construção foi feita especificamente para abrigar os moradores da antiga vila que foram atingidos pela barragem de Acauã. O acesso à vila é feito a partir da cidade de Aroeiras-PB por estradas de terra, que nos períodos de chuva ficam quase intransitáveis, deixando a comunidade praticamente isolada da sede do município. Por se localizar na zona rural do município de Aroeiras-PB suas características físicas e geográficas se assemelham com as do município, já descritas no início desse capítulo.

3 ANÁLISE DO EIA (ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA BARRAGEM ACAUÃ).

A região semiárida do Nordeste vem sofrendo constantemente com as grandes estiagens que ocorrem periodicamente. Com isso, sua população acaba sofrendo com a falta d'água, um recurso considerado de suma importância para a sobrevivência humana, razão pela qual o

processo de aproveitamento dos recursos hídricos torna-se de fundamental importância para os moradores dessa região, levando em consideração que essa é a região do país que mais sofre com a escassez desse recurso.

Dessa forma, as estiagens prolongadas levam os governantes a optarem por alternativas que, nem sempre, tem sanado as demandas da população por esse recurso. Um bom exemplo disso é a construção de reservatórios de grande porte que tenham de armazenar água para suprir a necessidade da população em períodos de seca.

No entanto, é de domínio público o fato de que a opção pela construção de grandes reservatórios traz problemas de ordem ambiental (ao interferir no equilíbrio dinâmico) e social especialmente pelo fato de atingir diretamente a população ribeirinha e pelo fato de a seca se constituir em um fator de interesse político.

Nessa perspectiva, apesar da construção de grandes reservatórios de água ter como objetivo principal suprir a necessidade da população por esse recurso, muitas vezes, esse objetivo não é atingido, devido ao descaso dos governantes que se contentam apenas em mostrar que estão preocupados com a camada da população que está necessitando daquele recurso, mas, no entanto, ao concluir as obras, não mais interessa se o objetivo foi ou não alcançado, o que importa é que, o nome deles está sempre associado a construção daquele empreendimento como um ponto favorável ao seu prestígio político.

Assim, conforme destacam Bezerra; Correia Neto, Filho; Santos; (2009): nos grandes açudes é motivo de preocupação o problema de manter a vasão regularizada do manancial. Esta situação ocorre principalmente nos períodos de estiagem nos quais os agricultores que fazem uso dos recursos hídricos, a jusante da barragem e desejam que a água seja liberada, ao passo que, os que se encontram a montante querem que água fique "represada" para que suas demandas sejam plenamente atendidas e essa situação conflitante se agrava, principalmente nos períodos de estiagem prolongada, tal qual vem acontecendo na Barragem de Acauã.

Além disso, consoante as ideias de Campelo (1995) ressaltamos, no contexto das ações governamentais, o desempenho pouco eficiente das agências e instituições, vinculados aos problemas hídricos do Nordeste, a dependência paternalista e eleitoreira das ações desenvolvidas, a ineficiência da gestão das águas no semiárido nordestino e acrescentamos os problemas de falha sequencial de projetos estruturantes que são, em geral, interrompidos toda vez que muda a administração, seja na escala municipal, estadual ou federal.

Nesse sentido, a construção da barragem Argemiro de Figueiredo-Barragem - Acauã, (mapa) foi realizada com objetivo de suprir as necessidades hídricas da população de alguns municípios da região. De acordo com o perfil sócio-economico da Paraíba, Acauã é considerada uma barragem de grade porte, o 4° maior açude público do estado, com capacidade máxima de acumulação de água de 253.142.247m³, (Perfil Sócio-Econômico da Paraíba, 2005), sua área de influência física está representada pela bacia hidráulica do reservatório, com uma área de 1.725 ha e por sua faixa de proteção periférica (EIA-Acauã, 2000).

O órgão empreendedor responsável pelo projeto foi o SEMARH-Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Minerais. Para implantação do empreendimento foram alocados recursos do governo do Estado através do Ministério do meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Revela-se, entretanto, que a construção desses tipos de reservatórios de grande porte sempre causou danos ao meio ambiente, sendo necessário recorrer aos Estudos de Impactos Ambientais como instrumento necessário para "propor alterações tecnológicas que minimizem efeitos indesejáveis, alternativas locacionais que evitem a implantação do projeto em ambientes impróprios, impactáveis" (Tommasi, 1993, p. 04).

Para a realização desse tipo de empreendimento de grande porte é necessário a realização de uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) ou, como é chamado atualmente, um Estudo de Impactos Ambientais (EIA) da área do projeto para servir como subsídio para elaboração do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), para que os danos causados ao meio ambiente possam ser levados mais em consideração no planejamento dos projetos desse tipo. De acordo com Braga, (1988, p.67); "Este foi um grande passo para que a variável ambiental tenha mais peso no planejamento e na aprovação de projetos potencialmente danosos ao meio ambiente."

No entanto, o estudo de avaliação dos impactos de um empreendimento sobre o meio ambiente, entendido ai o termo, como espaço de relações da vida, ou seja, homem e natureza devem ser analisados conjuntamente e não separadamente como querem algumas parcelas da sociedade que entende a natureza como ente autônomo e separado das ações humanas. Infelizmente muitas dessas ações estão encoberto pelo manto racionalista. Esses grupos acostados ao papel do estado apresentam contextos fantasiosos em relação à intensidade dos impactos que recairão sobre o meio ambiente, como um todo.

Dentro dessa perspectiva, apesar de ter sido realizado o EIA e posteriormente o RIMA sobre a viabilidade da implementação das obras da barragem de Acauã sobre os impactos ambientais causados pelo barramento no trecho do médio Paraíba nos municípios de Aroeiras-PB e Natuba-PB, até hoje as comunidades atingidas sofrem pelos danos financeiros, morais e sociais causados pela construção desse reservatório.

De acordo com o EIA (Estudo de Impacto Ambiental da Barragem Acauã) o objetivo principal da sua construção foi fornecer água para abastecer algumas cidades, além de trazer outros benefícios para municípios da região:

> O objetivo principal da Barragem Acauã será o fornecimento d'agua para as cidades de salgado de São Felix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes; reforço ao sistema hídrico que abastece Campina Grande, Boqueirão Queimadas e Caturité; a irrigação do baixo vale do Paraíba, a criação de um polo pesqueiro e a contenção das enchentes que assolam periodicamente as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espirito Santo e Cabedelo. (Estudo de Impacto Ambiental da Barragem Acauã, 2003, p.. 15).

Apesar dos objetivos da referida construção ter sido beneficiar as mencionadas comunidades, atualmente, a cidade de Aroeiras não tem abastecimento de água.

A referida construção trouxe grandes impactos socioambientais, visto que foram atingidas 06 comunidades localizadas nos municípios onde se encontra a barragem (quadro -1), uma vez que a mesma interferiu no equilíbrio dinâmico intra-regional.

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES ATINGIDAS
Aroeiras	Cafundó
Aroeiras/Natuba	Ilha Grande
Natuba/Aroeiras	Junco
Natuba/Itatuba	Melancia
Aroeiras/Natuba	Pedro Velho
Aroeiras/Itatuba	Cajá

Quadro – 01 Municípios da área de abrangência da Barragem de Acauã, por comunidades atingidas.
Fonte: Relatório Sócio-Economico Barragem Acauã, 1999.

Ressalta-se que as comunidades que foram atingidas se localizavam as margens do leito do rio Paraíba, no trecho do médio Paraíba. Nesse contexto, é importante lembrar, também, que o presente estudo levou em consideração o caso da comunidade da vila de Pedro velho, localizada nos municípios de Aroeiras/Natuba (objeto de estudo).

Com a construção da Barragem de Acauã, a referida vila ficou totalmente submersa pelo lago formado pela barragem, seus moradores foram relocados para uma agrovila localizada distante do local da antiga vila, (cerca de 3 quilômetros), no entanto, mais próxima da sede do município de Aroeiras-PB, essa agrovila foi construída pelo governo do estado da Paraíba especificamente para abrigar os moradores oriundos da relocalização das áreas de inundação do lago formado pela barragem de Acauã (figura 6). No entanto, alguns moradores demonstraram resistência e se recusaram a sair de suas casas, sendo obrigados a sair no momento em que as águas da barragem começaram a chegar e, à medida que seu nível foi subindo, tornando impossível continuar a resistência, os moradores se retiraram.

Figura 5 - Vila Nova de Pedro velho atualmente.
Fonte: Francisca Neli Sousa, (2011)

Com a remoção da comunidade os moradores deixaram para trás suas casas, propriedades rurais, restos mortais de seus entes queridos enterrados no cemitério (figura 7), uma vez que não foi removido nada daquele local. De acordo com o EIA-Acauã (p.12) sobre a presença do cemitério na área da bacia hidráulica do reservatório, seria necessário a relocação dos restos cadavéricos para um novo cemitério, a ser construído na nova localidade de Pedro Velho, no entanto, isso não foi realizado.

Figura 6 - Cemitério da antiga vila de Pedro velho após o nível das aguas baixarem, 2013.
Fonte: Francisco Guedes de A Junior, (2013).

Entretanto, ainda segundo o EIA-Acauã a administração de cemitérios na Paraíba é de responsabilidade da secretaria de saúde do município, pois a legislação pertinente à implantação de cemitérios no estado praticamente não existe. Neste caso, foi de total responsabilidade da secretaria de saúde do município de Aroeiras realizar a referida relocação para a atual vila, como isso não ocorreu foi construído um novo cemitério , no entanto até o presente momento não foi enterrado nenhum morto naquele local.

Segundo o EIA-Acauã o projeto urbanístico da referida vila, construída especificamente para abrigar os moradores da Vila de Pedro Velho, atingidos pela construção, foi desenvolvido pela CEHAP- Companhia Estadual de Habitação Popular (anexo - A). Apesar de constar em um Relatório Sócio-Econômico realizado pelos técnicos da Fundação de Ação Comunitária-FAC, em visita as comunidades atingidas, que as casas deveriam ser bem estruturadas e construídas com material de boa qualidade, como tijolos de 8 furos por exemplo, o que ocorreu, na realidade, foi bem diferente, as casas foram construídas com placas de cimento com uma qualidade bastante inferior a prevista no projeto.

Lembramos ainda que, apesar do documento completo do EIA-Acauã ser composto por três volumes compreendendo: volume I-Estudo de Impacto Ambiental (EIA)- textos; Volume II-Estudo de Impacto Ambiental (EIA)- plantas e o volume III-Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) o que esta sendo analisado é apenas o volume I, pois, não foi permitido o acesso ao restante do documento.

3.1 AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA SOCIEDADE CIVIL.

A situação de descaso em que, não só a comunidade de Pedro Velho, mas também as outras comunidades atingidas ficaram, provocou bastante crítica, situação esta que pode ser observada através da leitura de documentos, ofícios e cartas destinadas a órgãos responsáveis pela assistência às comunidades atingidas, no sentido de solucionar os problemas das comunidades, inclusive da desapropriação resultantes das áreas atingidas no âmbito da bacia hidráulica de Acauã.

Em março de 2003 foi enviado um documento (anexo-B) pelos coordenadores regionais do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ao Ilmo. Sr. Cassio Cunha Lima, então governador do Estado da Paraíba, relatando a situação em que se encontravam os moradores atingidos naquele momento e também tinham o objetivo de reivindicar os direitos das comunidades atingidas à revisão dos valores muitos baixos das indenizações recebidas pelos moradores, em virtude das perdas de seus bens. O citado documento mostra que o cálculo das indenizações foi feito muito tempo antes, e quando os moradores as receberam, o valor já era inferior ao que eles tinham direito. Observa-se, também, que alguns moradores, além de não terem recebido as indenizações, ainda tiveram alguns bens que não foram avaliados:

> Das nossas reivindicações apenas foi providenciado o pagamento das indenizações para parte da população. Registramos que as indenizações pagas são irrisórias, porque os valores estavam defasados em relação ao tempo que havia sido feito os cálculos, além do fato de que é necessária a realização de uma reavaliação dos nossos bens, inclusive porque alguns deles não foram avaliados. (Movimento dos Atingidos por barragens, 2003)

O documento traz ainda uma pauta de reivindicações para solucionar os problemas das comunidades além de relatar a situação de extrema miserabilidade de algumas famílias que estavam, inclusive, passando fome. De acordo com Abrantes, Tonin e Melo (2009), a respeito das indenizações recebidas pelas populações atingidas por essas obras:

> No processo de retirada da população do espaço a ser ocupado pelas obras [...] leva-se em conta para as indenizações, o custo da terra, as benfeitorias e as plantações. Entretanto, o custo social da retirada do homem daquele espaço físico, socialmente construído e dos impactos ambientais causados por essa construção, ainda não são indenizado. (Tonin, Abrantes e Melo, 2009, p.02)

Nessa perspectiva, podemos observar que os maiores prejudicados por essas construções são as populações que perdem suas origens e seu espaço físico de vivencia, local onde construíram sua história de vida e de sobrevivência durante muitos anos; e o espaço físico ocupado pelo lago da barragem que ficou submerso, a vegetação, o local de vivencia de espécies de animais e plantas.

De acordo com uma carta do Padre Rômulo Remígio Viana. (2002) (anexo-C) que descreve os valores das indenizações pagas pelas autoridades competentes, este valor foi de, em média, R$

6.000,00 (seis mil reais) de indenização para cada família, valor considerado insuficiente para reconstruir seus bens e se reestruturar na nova comunidade.

As cartas e ofícios enviados na ocasião, pelos representantes do MAB na região, ao Governo do Estado e ao Ministério Público, reivindicando os direitos das comunidades e relatando a situação em que a população atingida ficou comprovam que a relocação das comunidades ocorreu de maneira desorganizada, deixando-as vulneráveis às condições a que foram expostas, ficando a mercê da violência e dos conflitos causados pela falta de segurança e pelo clima tenso que se encontravam.

De acordo com um relatório de viagem desenvolvido pela secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, através da realização de uma visita as comunidades, realizada em junho de 2004, apenas seis meses depois da formação da agrovila do novo Pedro Velho, já haviam ocorrido quatro homicídios, até o momento já ocorreram vários outros homicídios e assassinatos, comprovando o clima tenso que ainda permanece após quase dez anos de existência da agrovila. Dentro dessa perspectiva, vale ressaltar a situação de extrema vulnerabilidade social que as comunidades que são relocadas ficam expostas.

4 GEOGRAFIA HISTÓRICA DA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO E DA BARRAGEM DE ACAUÃ (visão dos depoentes)

Para a realização da historiografia do espaço da comunidade de Pedro Velho foi aplicado um questionário com 04 perguntas abertas destinadas a 04 moradores da comunidade, para isso foi levado em consideração, sobretudo, a visão dos depoentes.

Analisando os depoimentos dos moradores da vila de Pedro velho, a respeito de quando e como surgiu o povoado, podemos observar que há grandes divergências nas respostas. Os depoentes A e D, respectivamente, relatam que a comunidade surgiu há mais de 150 anos, através de um morador chamado Pedro Velho, que realizava as missas em sua residência e atraia o povo da Comunidade:

> [...] é coisa de muitos ano, [...] é coisa pra mais de 150 anos o antigo Pedro Velho [...] a partir [...] de um senhor chamado Pedro Velho, ai tinha missa sempre na casa dele, ai quando era no tempo o povo tudo se reunia e dizia: agente hoje vai pra missa na casa de seu Pedro Velho... (Depoente A).

> [...] há 100 anos atrai [...] o povoado foi fundado primeiro pelum senhor chamado Pedro que veio de Barra de Santana [...] depois dele foram chegando outros e outros... (Depoente D).

Já o depoente B afirma que foi entre as décadas de 50 e 70, ou seja, há aproximadamente 50 anos, a partir dos moradores mais antigos

> [...] começou em 70, ou 50 e pouco né, 55 por ai 50 já tinha o Pedro velho [a partir] de um morador né, dos mais velhos que eu ouvia falar era Jose Barbosa, Nino Barbosa [...] (Depoente B).

No entanto, o depoente C relata que o povoado surgiu há aproximadamente 10 anos a partir dos seus primeiros moradores:

> [...] faz uns 10 ano [...] os primeiro morador foi Maria Preta, Raminho de Lira [...] (Depoente C).

Dessa forma, podemos considerar que não há um período, data, ano ou década exata a respeito do surgimento da vila de Pedro Velho. No entanto, considerando o tempo que os depoentes relataram, podemos supor que a referida vila tenha aproximadamente de 30 a 50 anos e tenha surgido a partir da influência de alguns moradores mais velhos da região que se instalaram na localidade, dando origem ao vilarejo.

Segundo o depoente D os primeiros moradores da vila foram os moradores de sobrenome "Cosmo" uma família muito grande e rica que, na época, tinha uma indústria de despolpar os capulhos do algodão na localidade.

> [...] Mai pedo velho foi fundado pelos Cosmo, uma família muito grande e no tempo rica [...] no tempo Pedro velho, essa família rica [...] eles tinham assim um [...] uma máquina [de despolpar algodão]. já havia no tempo, [...] uma fábrica [...] que despolpava o caroço a semente do algodão [...]. (Depoente D)

Ainda de acordo com o depoente, tempos depois, um senhor chamado Durval Lira herdou dos "Cosmo" um pequeno tear e deu continuidade a fabricação de redes. Nessa época os moradores produziam, de forma artesanal, panelas de barro e cordas de agave. Havia também uma pequena fábrica de queijo de manteiga artesanal, como se pode supor do depoente citado a cima:

> [...] Pedro velho também produzia de forma artesanal panela de barro, corda, corda de agave é é era as indústria, houve também uma pequena fabrica de queijo é artesanal também, queijo de manteiga[...] (Depoente D)

Ao ser questionado sobre o escoamento da produção desses produtos produzidos na vila, o mesmo depoente afirma que a produção de queijo era vendida para Campina Grande-PB e João Pessoa-PB, as panelas de barro escoavam para Guarabira - PB e cidades Pernambucanas de Machados, Macaparana e para a cidade de São Vicente Ferrer, de onde traziam outros mantimentos que não eram produzidos na vila, como farinha e rapadura para abastecer a comunidade.

> [...] o queijo era Campina Grande, Joao Pessoa mai João pessoa do que campina grande e as panela de barro era estendida pra até Guarabira aqui na Paraíba e

> Pernambuco como Machados, Macaparana são Vicente Ferrer toda semana ia três quatro animais carregado de panela de barro pra vender em são Vicente lá eles vendiam as panelas e traziam de lá de Pernambuco farinha de roça, e rapadura e e funcionava o comercio com isso[...] (Depoente D)

O depoente afirma ainda, que com o tempo, esse tipo de comércio foi perdendo espaço, dando lugar para o cultivo de tomate, iniciado por um senhor chamado 'Leitão' que veio de Pernambuco e fez a primeira plantação de tomates, dando emprego a homens, mulheres e crianças, chegando a ter cerca de 30 a 40 pessoas trabalhando em suas plantações. Nesse período havia uma pequena feira livre na comunidade, os principais comerciantes vinham de Pernambuco e, em contato com o prefeito da cidade, na época, pediram a dispensa dos impostos para continuarem mantendo a feira livre na comunidade. Esses comerciantes traziam produtos para abastecê-la, como sabão, café e açúcar. De acordo com o depoente D a feira era grande, e para o abastecimento de carnes eram abatidos cerca de quatro bois, além de porcos e bodes que eram comercializados na feira.

> [...] e a feira de Pedro velho Já tinha sido formada a feira em Pedro velho umas duas ou três vezes mais por falta de... condição financeira ela não foi... não deu certo [...] então esse senhor que chegou de Pernambuco [...] [outros comerciantes] de Pernambuco de Matinada, então, em contato com o prefeito que eu num lembro na época o prefeito quem era o prefeito dispensa dispensou os impostos que eles teriam que pagar pra eles continuar mantendo a feira que eles traziam todo tipo de suplemento de alimentação de feira carne, café, açúcar [...] sabão tudo... eu sei que a feira era uma feira grande que eles matavam três ou quatro bois, porco, bode, e a feira só acabou depois que Pedro velho deixou de existir depois da construção da barragem [...] (Depoente D)

Dessa forma, podemos observar que, apesar dessa movimentação comercial, quando a comunidade foi atingida pela construção da Barragem de Acauã e relocada para outro local não foi possível mais formar uma feira livre, então os moradores dessa vila ficaram dependentes da feira de Aroeiras-PB, para seu abastecimento, até os dias atuais. Assim, direta ou indiretamente, a referida construção acabou acarretando um atraso para a dada comunidade, considerando que naquele local já havia características de um crescimento comercial mesmo que pequeno, mas que foi interrompido com o deslocamento da população.

De acordo com a visão dos depoentes, A, B, C e D respectivamente, a respeito da construção da barragem de Acauã, a referida construção foi realizada para trazer algum tipo de beneficio para a comunidade e até mesmo para outras cidades como Campina Grande, por exemplo:

> [...] pra ser sincera eu num fui a favor, eu queria ta lá em Pedro velho antigo [...] [mas acho que foi] pra acumular água e destruir muitas coisas, destruir as nossas raízes que agente nunca mais vai construir. (Depoente A)

> [...] pra o benefício de nos mesmo aqui né que mora na vizinhança la ne [...] fizero essa barrage pra fazer água ter uma plantação[...] (Depoente B)

> [...] pra abrir trabalho, mais só que agora num temos trabalho de nada né [...] (Depoente C)

> [...] a barragem de acauã foi construída com o intuito de fornecer água pra Campina Grande, abastecimento d'agua e, e, e irrigação pra agricultura [...] a irrigação vem sendo desenvolvida é é com pouco [...] incentivo [...] antes da barragem havia muita plantação mai depois da barragem, ai a barragem cobriu a parte das propriedades então não houve mais, não tem mais local assim pra plantação ne ai ficou bem resumido, antes era uma área grande hoje tá bem resumido as plantação porque não tem espaço (o local pra onde vocês foram relocados não tem espaço pra vocês fazerem as plantações que faziam antes?) não tem, não tem porque não tem a água a água que tem na vila e só agua saneada pra consumo humano pra agricultura não tem. (Depoente D)

Analisando a visão dos depoentes podemos observar que o depoente A se mostra contra a construção, no entanto, o depoente B demonstra certa satisfação, já os depoentes C e D se mostram desapontados, uma vez que na visão deles a barragem foi construída para trazer benefícios. No entanto, depois da construção, os benefícios gerados foram poucos ou quase nenhum visto que nem o abastecimento da totalidade das cidades, que foi a principal justificativa da construção da barragem, vem sendo realizado. Além disso, alguns moradores ainda perderam suas propriedades rurais de onde tiravam seu sustento através da agricultura.

Como na maioria dos casos de construções de reservatórios de água, sempre ocorre casos de comunidades atingidas como pontos negativos dessas construções, no entanto, existem também pontos positivos. Se é que podemos sublinhar contextos positivos, lembramos que algumas cidades tiveram seu abastecimento realizado a partir dessa barragem, como Aroeiras, Natuba, e Itatuba.

A última pergunta realizada na entrevista foi a questão relacionada aos pontos positivos e negativos a respeito da construção da barragem de Acauã. De acordo com a visão dos depoentes, apesar dos mesmos terem sido diretamente atingidos com a construção, visto que residiam no local onde hoje se localiza o lago da barragem, a referida construção também trouxe seus pontos positivos, vejamos a visão dos depoentes A, B, C e D respectivamente,

> [...] O bom é que acumula água né pra população, e o ruim pra minha opção é que destruiu as nossas raízes é nossas casas antigas que eu gostava muito e também trouxe muitas coisas que não é do nosso agrado é isso que eu achei. (Depoente A)

> [...] pra quem morava em Pedro velho ficou ruim porque se mudaram era acostumado né no lugar ai mudou, depoi da barrage né, já outro achou bom porque teve mudança de água teve essa água pra nos que num tinha né e então o que morava em Pedro velho mesmo nascido lá achou ruim ne porque se deslocou ne de lugar. (Depoente B)

> [...] Vei de bom a água mai só que pro outro motivo ficou ruim porque num abriu trabalho pra gente trabalha [...] tem agua, mas só num tem trabalho pro povo trabalhar né. (Depoente C)

> [...] é relativo, é relativo porque pra uma grande parte é, a barragem é, ela foi de grande importância pra outros que perderam casa, é terreno que não foram bem assim gratificado pra o que agente tinha lá ne, como eu mesmo tinha três casa, bem construída [...] tinha vazante na barragem no leito do rio, eu e muitas outras pessoas tinha é, é, várzea no leito do rio né, hoje não tem mai pra outras pessoas foi muito bom porque surgiu a colônia de pescadores e, e direto ou indiretamente da emprego a mai de 1500 pessoas né [...] de forma que a barragem ela foi paliativa no caso foi boa prum lado e ruim pro outros mais só devido os costumes, os valores, é de lembrança que agente tinha de lá [...] a retirada foi muito triste ficou muita historia enterrada perdida lá né hoje só as lembrança que agente tem né. (Depoente D)

Dessa forma, podemos observar que a construção da Barragem de Acauã trouxe muitos pontos negativos para os moradores das comunidades atingidas como, por exemplo, a perda de identidade, costumes e prejuízos financeiros. No entanto, os depoentes também apontam pontos positivos uma vez que, com a construção veio, na sua visão "a água em abundância", algo que não havia no local, trazendo, uma relativa estabilidade hídrica e, consequentemente, a possibilidade de desenvolver atividades que lhes trouxessem fontes de renda, tais como a pesca através da formação da colônia de pescadores, a oportunidade de fazer plantações utilizando a água para irrigação. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que a referida construção trouxe benefícios, mas também prejuízos ás comunidades atingidas, ou seja, sua aceitação, pelo menos é o que pode ser deduzido dos depoimentos, que a nosso ver foi ambivalente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho foi possível considerar que o Nordeste, por ser a região do País que mais sofre com a escassez de água, fato que leva os governantes a investirem na construção de grandes reservatórios para suprir a necessidade da população, acaba, na verdade, deixando suas comunidades ribeirinhas vulneráveis a sofrerem as consequências dessas construções.

Dentro dessa perspectiva, é notável que, apesar dos estudos preliminares realizados antes da implementação desses projetos, as reais consequências e os danos causados ao meio ambiente como um todo, só podem ser observados após a conclusão do projeto, fato que nos leva a considerar que esses estudos (Estudo de Impacto Ambiental-EIA e Relatório de Impacto Ambiental- RIMA), na realidade, só servem para demonstrar para a sociedade civil a preocupação dos órgãos públicos e dos governantes com o meio ambiente e o bem estar social. No entanto, essa preocupação só ocorre enquanto há o interesse de se implementar as obras, após sua finalização a assistência oferecida àqueles que estão sofrendo as consequências é praticamente mínima, deixando-os distantes das melhorias prometidas.

Dessa forma, o objetivo principal da presente pesquisa foi analisar os impactos socioambientais causados pela construção da barragem Argemiro de Figueiredo, bem como a vulnerabilidade social a qual as comunidades atingidas foram expostas. Dessa forma, foi possível observar que, ao ser atingida diretamente pela construção, a ponto de ter sido retirada de seu espaço de vivencia, a população sofreu grandes prejuízos financeiros e morais, visto que todos os envolvidos perderam suas histórias de vida, casas, propriedades rurais e até seu meio de sobrevivência, ficando vulneráveis à violência devido a situação conflitante na região, e ao descaso publico pela falta de infra estrutura na nova vila para onde foram relocados.

Além disso, o meio ambiente também sofreu os impactos dessa construção visto que, por ser considerada uma barragem de grande porte, acabou interferindo no equilíbrio dinâmico da natureza. Dessa forma, consideramos que o principal objetivo da presente pesquisa foi atingido, considerando que o meio ambiente como um todo, ou seja, as relações entre sociedade e natureza, sofreram os impactos dessa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Tamires (UENP). TONIN, Joseane de Fatima (UEL). MELO, Aecio Rodrigues de (orientador). **A construção de usinas hidrelétricas e os impactos socioambientais. Bacia do rio Tibagi- uma abordagem de estudo**. Disponível em: <http://www.eaic.uel.br/artigos/CD/2771.pdf> Acesso em: 24 de jul. de 2013.

BEZERRA M, A, Andrada; SANTOS, José E. M. FILHO, Inaldo N. de O; NETO, Jorge da S. CORREIA. **Gestão das águas de barragens do nordeste a partir de uma perspectiva social e econômica**. In: **SOBER**, 47º Congresso, 2009, Anais, Porto Alegre, SOBER, p. 5- 17.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de Impactos Ambientais: uma abordagem sistêmica. In: Visentini, José Willian et al. **Terra livre**, n. 3, Mar, 1988.

CAMPELLO NETO, M.S. **Políticas de recursos hídricos para o semiárido nordestino.** Brasília, Projeto ÁRIDAS–RH, SEPLAN/PR, 1995.

CARVALHO, Ana Cristina. Vulnerabilidade Humana às alterações climáticas: O caso da paisagem cultural patrimônio da humanidade de Sintra. **Rios - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, Paulo Afonso, ano 8, n.8, p. 7-16, 2012.

CARVALHO, Luiz Eugenio Pereira. **Os descaminhos das águas na metrópole: a socionatureza dos rios urbanos**. Recife-PE, 2011 (tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em geografia, 2011.

CITYBRAZIL. **Aspectos gerais dos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/pb/aroeiras/geral> Acesso em: 26 de jun. de 2013.

COELHO, Maria Célia Nunes**.** Impactos ambientais em áreas urbanas-Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: **Impactos ambientais urbanos no Brasil**/ Antônio José Teixeira Guerra, Sandra Baptista da Cunha (organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FIEP/UCIP- Federação das Industrias da Paraíba - Perfil socioeconômico da Paraíba, Edições FIEP, Paraíba: 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil da cidades Brasileiras. Senso Demográfico 2010. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codm.> Acesso em: 26 de jun. de 2013.

Impacto Ambiental definição. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/impacto.htm.> Acesso em: 26 de jul. de 2013

TOMMASI, Luiz Roberto. **Estudo de Impacto Ambiental**. São Paulo: CETESB: Terra graph Artes e informática, 1993. 354p.

ANEXOS

DEPOIMENTOS

Depoimento A [Maio. 2013]. Entrevistadora. Francisca Neli de Sousa. Aroeiras-PB Gravação eletrônica (Gravador de voz) (10 min.), estéreo. Entrevista concedida para elaboração da pesquisa intitulada "Impactos socioambientais e Vulnerabilidade Social Causados pela construção da Barragem de Acauã na Comunidade Pedro Velho, Município de Aroeiras-PB".

Depoimento B [Maio. 2013]. Entrevistadora. Francisca Neli de Souza. Aroeiras-PB Gravação eletrônica (Gravador de voz) (11 min.), estéreo. Entrevista concedida para elaboração da pesquisa intitulada: Impactos socioambientais e Vulnerabilidade Social Causados pela construção da Barragem de Acauã na Comunidade Pedro Velho, Município de Aroeiras-PB.

Depoimento C [Maio. 2013]. Entrevistadora. Francisca Neli de Souza. Aroeiras-PB Gravação eletrônica (Gravador de voz) (14 min.), estéreo. Entrevista concedida para elaboração da pesquisa intitulada: Impactos socioambientais e Vulnerabilidade Social Causados pela construção da Barragem de Acauã na Comunidade Pedro Velho, Município de Aroeiras-PB.

Depoimento D [Maio. 2013]. Entrevistadora. Francisca Neli de Souza. Aroeiras-PB Gravação eletrônica (Gravador de voz) (18 min.), estéreo. Entrevista concedida para elaboração da pesquisa intitulada: Impactos socioambientais e Vulnerabilidade Social Causados pela construção da Barragem de Acauã na Comunidade Pedro Velho, Município de Aroeiras-PB.